



Anais da Assembléia

Nº 56

CURITIBA, TERÇA, 03 DE JUNHO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 80ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 1974

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Trajano Bastos e Werner Wanderer.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonle, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Lozzo, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados Maurício Fruet, Adalberto Daros, Egon Pudell, Enéas Faria, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Accioly Netto. (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem). Sr. Presidente solicito seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 27 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nºs 77, 76 e 78/75, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sido **VETADO INTEGRALMENTE**, os Projetos de Lei nºs:

97-74:

Do Sr. Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que visa autorizar

o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Paracity, o imóvel de propriedade do Estado, constituído do lote de terreno sob o nº 3, da quadra 83, da Planta Geral da cidade do mesmo nome. — **À C.C.J.**

56-74:

Do Sr. Deputado GABRIEL MANOEL, que visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Thomazina, a viatura de Placa CE-29-00, ano 1966, marca WILLYS, tipo ambulância, motor nº B.6.370078, que pertencia à Secretaria de Saúde Pública. — **À C.C.J.**

134-73:

do Sr. Deputado GILBERTO CARVALHO, que visa criar um Ginásio Agrícola na sede do município de Castro. — **À C.C.J.**

Sob o nº 075/75, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Altonia, comunicando aprovação por aquele Legislativo, de Requerimento de autoria do Sr. Vereador VALDIR BEZERRA DE FREITAS, pelo qual agradece a atenção especial que tem dedicado às causas do Município. — **À C.C.J.**

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 49/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja reconstruído trecho denominado "Passa Sete", que liga a Morretes a Rodovia Curitiba-Paranaguá, solicitando ainda, no ofício a ser dirigido àquela autoridade, que tal reconstrução seja elaborada com base mais sólida que aquela empregada quando de sua construção, assim como, seja efetuado em definitivo o acabamento do referido trecho.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

O trecho que liga a Rodovia Curitiba-Paranaguá a Morretes denominado "Passa Sete", encontra-se em precaríssimas condições de tráfego, estando o asfalto totalmente esburacado, inclusive com seu acabamento por fazer, o que sem dúvida dificulta o tráfego não só de automóveis como de caminhões, tendo em vista que os veículos que vão de Curitiba a Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, utilizam-se daquele trecho para chegarem aos seus destinos.

Assim, dada a grande importância que tem a recuperação daquele trecho para o tráfego com destino àquela região, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e a consequente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, requer ouvido o plenário, seja oficiado ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, a imediata regularização da situação do Ginásio Estadual de Santa Izabel do Ivaí, iniciando com a urgente nomeação de seu diretor.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1975

a) VALTER PIETRANGELO.

JUSTIFICATIVA:

Mais uma vez se evidencia a nefasta presença dos chamados **comandos políticos** em detrimento e prejuízo aos reais interesses e objetivos do ensino.

O Ginásio Estadual de Santa Izabel do Ivaí, um estabelecimento da rede oficial do Estado, com quase mil e duzentos alunos matriculados, encontra-se em lastimável estado de acefalia cuja direção, desde o início do ano letivo, vem sendo desenvolvida pelo seu Secretário.

Sem crédito junto à FUNDEPAR, pois as contas do exercício findo não foram prestadas, sem crédito junto à Imprensa oficial pela existência de débito legado pela ex-direção, a aquisição de material necessário para o seu perfeito funcionamento, vem sendo realizada pelo processo de cotização entre os alunos. Há menos de quinze dias, o secretário do estabelecimento obrigou-se a promover "vaquinha" entre os alunos para a compra de boletins. Uma única servente **desempenha** os trabalhos de limpeza e até a compra de vassouras e cera está sendo efetuada através de "vaquinhas". É deprimente a situação do Ginásio Estadual de Santa Izabel do Ivaí. Uma professora, a Sra. Lourdes Bessi, foi há muito tempo, indicada para assumir a direção. Crê-se, no entanto, que essa nomeação não sairá enquanto não forem designados os **manfados comandos políticos**, entraves absurdos do predestinado progresso paranaense.

Cremos que tal situação ainda não seja do conhecimento em toda sua amplitude, do Secretário de Educação. Nós o informamos e esperamos que suas providências não se façam esperar.

Outrossim, o próprio edifício exige reformas e ampliações urgentes, além de melhorias em suas instalações sanitárias. Ali, os Alunos são obrigados a se servirem de água no bico da torneira, e na extensão localizada no distrito de São José do Ivaí, o abandono a que está relegada e configurado pela existência da arcaica "cazinha", aquela com um buraco no assoalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições com base no Regimento Interno, após ouvido o plenário, respeitosamente

REQUER a inserção em ata de voto de aplauso à iniciativa da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, pelo lançamento, no próximo dia dezessete, de selos comemorativos, da Série **Preservação da Fauna e da Flora**, Três estampas serão colocadas em circulação: "ARAUCÁRIA ANGUSTIFOLIA" - PINHEIRAIS, "CAIMAN JACARÉ" - JACARÉ DO PANTANAL e "PTERONURA BRASILIENSIS" - ARIRANHA.

O selo da Série PINHEIRAIS representará homenagem ao Estado do Paraná, estando a solenidade de lançamento designada para o mesmo dia, às dezenove horas, em dependências do Museu Paranaense.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada à diretoria da empresa, acompanhada de cópia deste requerimento.

Sala das Sessões, em de junho de 1975

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado **infra-assinado** no uso de suas atribuições e prerrogativas, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, e ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, apelo no sentido de ser criado e instalado um ginásio do distrito de Piracema, município de Paranavaí, possibilitando assim que grande número de jovens em idade escolar possam frequentar um estabelecimento de segundo grau.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, apelo no sentido de ser instalada uma agência daquele estabelecimento oficial de crédito, na sede do município de ALTO PARANÁ. Para justificar esse nosso pedido, queremos apenas lembrar que o município de Alto Paraná, com área de 16.000 alqueires, possui 1.228 propriedades rurais, cadastradas no Incra: 21.000 habitantes; 117 estabelecimentos industriais e comerciais na sede e nos distritos; grande produção agrícola e pecuária. 40 escolas primárias e 2 grupos escolares na sede do município, além de um Ginásio Estadual com extensão no distrito de Santa Maria; sendo dotado ainda, de todas as melhorias que a tecnologia moderna nos ferecere, tais como telefone (já em conclusão o DDD) energia elétrica subestação da Copel na sede do município, etc.

Quanto ao movimento bancário que por si só já justificaria a medida, o único estabelecimento ali existente possui depósitos na ordem de três milhões de cruzeiros, sendo que de 70 a 80 por cento das transações bancárias são feitas em Nova Esperança e Paranavaí, com evidentes prejuízos para os moradores e comerciantes de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1975

a) WALDENÍCIO BARBALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja encaminhado a S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura, o presente expediente pelo qual se sugere que o Governo Federal estude a viabilidade

de conseguir, mediante requisição ou outro meio legal, os armazéns das multinacionais, ora desocupados e existentes nos Estados sojicultores, nas localidades onde existem cooperativas, ou em suas proximidades, possibilitando a estas a transferência da soja ora estocada e ainda por estocar, procedente da colheita da atual safra, até que as ditas cooperativas efetuem a comercialização do produto ficando assim desafogadas para armazenamento de insumos relacionados com a produção de soja, logo que começa a respectiva colheita.

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1975.

a) ERNESTO DAL'OGLIO

JUSTIFICATIVA:

O expediente ora sugerido fundamenta-se na verificação já sobejamente notória, de uma superprodução de soja na atual safra, excedendo de muito a capacidade estática, de armazenamento das cooperativas, e, independente disso, a momentânea ausência de comercialização do produto, enquanto conforme também é notório, os armazéns das multinacionais continuam vazios, uma vez que ditas empresas não se interessam até agora pela compra do produto.

Trata-se, é certo, de entidades estrangeiras, mas têm compromisso de colaborar civicamente nos problemas brasileiros, especialmente naqueles que constituem conjuntura nacional de caráter econômico-financeiro como este.

É de se crer, que, se o Governo Brasileiro apelar para o seu concurso na solução deste problema, tais firmas se prontificarão a colaborar, retribuindo, assim, a hospitalidade que o Brasil lhes vem constantemente assegurando.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer que, ouvido o plenário, seja formulado por escrito APELO ao Exmo. Sr. Governador do Estado para que interceda, pessoalmente e de forma enérgica e imediata, em defesa dos proprietários de terras situadas às margens do Rio Paranapanema, mais precisamente nos municípios de PRIMEIRO DE MAIO, SERTANÓPOLIS, PORECATU, ALVORADA DO SUL, JATAIZINHO, SERTANEJA, e RANCHO ALEGRE.

Ocorre, Senhor Presidente, que essas terras estão sendo desapropriadas pelas Centrais Elétricas de São Paulo - CESP, que constrói a Usina de Capivara, a qual provocará a inundação de extensa área de terras férteis do nosso Estado.

Mas a CESP não tem sido correta e justa com os lavradores, contrariando ou desmentindo a palavra do presidente da Companhia, quando de visita à cidade de Londrina.

O preço que tem pago, usando de pressões psicológicas, aos proprietários, é injusto e prejudicial aos interesses paranaenses. Assim é que, no município de Primeiro de Maio, lugar das terras mais férteis e produtivas do mundo, está sendo pago o preço de, no máximo, 25 mil cruzeiros por alqueire, incluídas as benfeitorias, quando o desapropriado, de posse desse dinheiro, só consegue adquirir outras terras, no mesmo município, pagando o preço de 70 mil cruzeiros o alqueire, quando consegue encontrar terras disponíveis.

Ao mesmo tempo, a CESP tem se recusado a indenizar percentagens consideráveis de terras, sob a alegação de que se trata de áreas inundáveis, próximas a rios, e, portanto, pertencentes do Estado. Como exemplo desse critério malicioso que a CESP procura impor, um proprietário de 8,0 alqueires no município de Jataizinho, só será indenizado pela inundação de apenas 0,5 alqueire, segundo a vontade da CESP.

Ainda, está a CESP promovendo propositadamente, ao que parece, atraso no cumprimento de tratativas celebradas com lavradores, retardando o pagamento de indenizações e fazendo-lhes suportar as consequências da desvalorização da moeda.

Os proprietários daquelas terras estão ao desamparo, pois não têm a proteção que o Estado do Paraná, que também é vítima, deve-lhes dar. Uma Comissão designada pelo Governo anterior até agora não respondeu sobre o cumprimento de suas obrigações.

Eis porque o GOVERNADOR DO PARANÁ, como primeiro advogado do Estado e do povo paranaense, interceder pessoalmente e de forma enérgica e imediata, para oferecer àquela respeitável e produtiva parcela da população paranaense a defesa e a proteção que ela merece e de que carece.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem ao final, fundados em dispositivo regimental, requerem, com aquiescência do plenário, seja enviado ao Exmo. Senhor Ministro da Justiça, apelo no sentido de que determine investigação das atividades da sociedade denominada "TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE", pelas razões que alinham a seguir:

1. — a referida sociedade exercita atividades manifestamente ilegais, consoante se infere dos artigos 16, 39, IV, 43 e 45 da vigente Lei de Segurança Nacional.

2. A atuação da T.F.P., envolve a utilização de recursos financeiros, cuja origem é desconhecida e cuja licitude deve ser apurada.

3. Pretende a T.F.P., restaurar a monarquia, regime oposto ao vigente no País, o que contraria a Constituição Federal que erige a República e a Federação como instituições intocáveis.

4. Trata-se de organização com características tipicamente fascitoides, e evidentemente nazificada, o que fere frontalmente os valores vigentes da Sociedade Brasileira.

5. Assumindo postura medieval, da baixa idade média, seu comportamento circence não deve fazer esquecer seu potencial de periculosidade, tanto pelos métodos, como pela própria ação que constrange o livre curso de idéias.

JUSTIFICATIVA:

Tais razões, afora outras também nocivas, como a forma de recrutamento militarizada, configuram um estado de patologia social, que está a requerer a ação das autoridades brasileiras.

Sala das Sessões, em 21 de Maio, de 1975.

aa) Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Accioly Filho, Osvaldo Macedo, Valter Pietrângelo, Enéas Faria, Del Ciel, Otássio Pereira, Edilson Alencar, Wilson Fortes, Waldenício Barbalho, Trajano Bastos, Ernesto Gnoato, Lineu Turra, Dácio Leonel, Ernesto Dal'Oglia, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Luiz Alberto de Oliveira, Fidelcino Tolentino, Maurício

Fruet, Domício Scaramella, Jorge Sato, Werner Wanderer, José Domingos Scarpelini, Adalberto Daros, Gabriel Manoel e Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE – Está findo a leitura do expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apresentamos nesta tarde, nesta Casa de Leis, projeto que dispõe sobre o Estatuto do Magistério. A bem da justiça e da verdade, queremos declarar que esse Estatuto, com algumas modificações feitas, foi um trabalho elaborado, ou melhor dizendo, iniciado pela equipe do ex-Secretário da Educação Dr. Roberto Linhares da Costa, com a nossa equipe de trabalho.

Esse estatuto, repito, com modificações, fizemos a entre-do mesmo, em julho de 1973, ao então Governador do Estado, Sr. Pedro Viriato Parigot de Souza, e, hoje, apresentamos a esta Casa, como uma colaboração ao Governo do Estado do Paraná, na solução dos graves problemas que afligem o Magistério paranaense.

Apresentaremos amanhã um pedido, para que se constitua uma Comissão Especial desta Casa, a fim de que elabore um estudo para realização de um simpósio e discussão sobre o Estatuto do Magistério, convidando para tanto, professores especialistas para que discutam com os Deputados e nos coloquem, desta forma, a par do que se pretende com o novo dispositivo legal do Magistério.

Gostaria de dizer aos Senhores que infelizmente não foi possível, pelo preenchimento já antecipado de oradores para o Grande Expediente, examinar alguns setores e alguns aspectos do Estatuto.

Sei que teremos uma grave discussão a respeito de sua constitucionalidade, mas oportunamente teremos ocasião para discutir nesta Casa a sua procedência constitucional ou não.

Tenho a impressão de que o Magistério paranaense já está de certa forma farto de aguardar iniciativa do Executivo para a aprovação por esta Casa do novo Estatuto. Portanto, apresentamos, como uma colaboração, como uma forma do Poder Legislativo ajudar o Executivo, na solução desses problemas que fazemos.

Peço aos Srs. Deputados que dêem o apoio necessário para que possamos, através da Comissão Especial que será constituída, ficarmos a par dos vários detalhes que compõem os 279 artigos do novo Estatuto do Magistério.

Agradeço a todos os Srs. Deputados pelo apoio e teremos ocasião, na Comissão Especial que será constituída, por certo, de discutir item por item, detalhe por detalhe, o Estatuto do Magistério do Paraná, que os professores de todo Estado, aguardavam há tantos anos. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem, tive que me ausentar antes do término da sessão. Não é que de meu costume. Permaneço na constância das reuniões que aqui se realizam. Porque entendo que é esta a função do Deputado. Entendo que a permanência dos parlamentares no plenário, é a parte mais alta do cumprimento do seu dever. Embora com a brilhante defesa que vinha fazendo S. Exa. o Sr. representante do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, gostaria de haver permanecido até o fim da reunião. Entretanto, compromissos, com horário marcado, fez com que tivesse me ausentado.

Hoje, verificando as linhas taquigráficas correspondentes ao período de minha ausência, senti que não há fato mais triste, não pode haver tristeza maior do que a demonstração de incapacidade para o exercício da função ou atividade quando somos obrigados a exercer.

Veio ontem o Deputado Gabriel Manoel dizer que em tempos passados, no exercício do mando político, defendeu o ex-Prefeito de Santo Antônio da Platina em condenação pela Justiça Militar, que ele e o Governador Paulo Pimentel assim procederam.

A pior vergonha para um homem é esquecer que o brio só é representado pela verdade. Fui defendido num Tribunal composto por militares de acusações feitas por políticos e demagogos, feitas por aqueles que sempre tiveram expediente de mandados a custa de perseguição. Fiquei sentado no banco dos réus da Justiça Militar e lá não compareceu o Deputado Gabriel Manoel nem para assistir o meu julgamento, embora tivesse vindo pela primeira vez, como Deputado, graças a minha liderança porque eu era Prefeito de Santo Antônio da Platina e toda a votação daquela região foi para Gabriel Manoel. Deixei de ser seu companheiro pelos seus expedientes espúrios, pelos seus expedientes de perseguição, pela sua falta de capacidade para exercer o mandato de Deputado Estadual à Assembléia Legislativa do Estado.

Fui para o banco dos réus depois de dois anos de um processo na Justiça Militar montado por políticos sem qualidades pessoais, sem honradez e sem dignidade. Elegi Paulo Pimentel em meu município, como elegi Gabriel Manoel em minha região. E deles nada recebi senão perseguição, e a mentira espúria.

Tenho comigo expedientes, ontem disse que tinha mas não disse o nome do Deputado. Entre eles tenho outros expedientes que vou apresentar pedindo que se faça justiça contra esses desmandos políticos que se entrega às mãos de deputados que, em vez de reconhecer que a sua função é de legislador, é de parlamentar, ficam no interior perseguindo, ficam no interior apoiando prefeitos corruptos, ficam no interior dando expedientes a chefes políticos que perseguem e praticam todos os erros em nome do próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE – Lembro ao nobre Deputado que tem apenas dois minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. LÚCIO MACHADO – Tenho aqui o primeiro capítulo da história que iniciamos, infelizmente, pela falta de perseverança do nobre Deputado Gabriel Manoel.

O primeiro expediente tem o seu visto, vemos a assinatura do seu prefeito, prefeito da Arena de Ribeirão do Pinhal, assinatura de seu mandatário político, o homem do dinheiro que mantém a campanha do Deputado Gabriel Manoel; o outro expediente foi expedido pelo Sr. Secretário da Saúde pedindo a transferência de um funcionário que passou para o MDB. A história vai ter capítulos longos e haveremos de dizer a verdade, porque a verdade sempre dissemos, mesmo nos corredores da prisão para onde fomos levados, por políticos sem capacidade de penetração nas massas populares, porque os nossos acusadores e os nossos falsos defensores, se tivessem sido encaminhados por aqueles corredores por onde caminhamos, teriam ficado no 1º quilômetro, porque nós temos um passado digno, nós temos um passado honrado.

Diz a cartinha do Prefeito Municipal de Ribeirão do Pinhal, assinada também pelo Deputado Estadual Gabriel Manoel, o Deputado meu anjo defensor. Ele pôs visto à mesma, com a sua assinatura.

Diz a carta:

Lei: "O funcionário Lourival Mendes Ferreira não vem satisfazendo (carta esta, dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Saúde do Estado do Paraná) o cargo em que ocupa, pelo fato do mesmo não mais ter vindo fazer fiscalização na cidade, a qual se encontra completamente abandonada, na parte de fiscalização da Saúde.

2º Que o mesmo, devendo zelar pela função que ocupa, procurou filiar-se (vejam o paradoxo), filiar-se no MDB, fazendo o serviço de filiações do respectivo partido, como já foi notado no Posto de Saúde. diversas fichas de filiação do MDB, procurando junto aos filiados da ARENA para que os mesmos ingressem no MDB, procurando assim dividir o nosso glorioso partido, Aliança Renovadora Nacional".

O nosso glorioso partido!

Calumando, assim, um funcionário com 18 anos de serviços ao Estado, funcionário este que recebe 400 cruzeiros por mês!

E diz: o nosso glorioso partido, Aliança Renovadora Nacional!

Sua Excelência envergonha o seu partido, perdoe-me, Sua Excelência, eu respeito Sua Excelência, Sua Excelência merece o nosso respeito, mas Sua Excelência envergonha o partido a que pertence.

(Continua lendo a carta):

"Assim sendo, vimos pelo presente solicitar de V. Exas., para o funcionário acima seja transferido de nossa cidade.

Sem mais para o presente, e esperando em sermos atendidos por V. Exa., subscrevemo-nos mui atenciosamente,

Oscar Schenfelder - Presidente da ARENA

Anésio de Souza - Prefeito Municipal

Gabriel Manoel - Deputado Estadual".

A carta é datada de 7 de maio de 1975, assinada por Oscar Schenfelder, homem do dinheiro que dá cobertura à campanha do ilustre Deputado Gabriel Manoel, é assinada por Anésio de Souza, Prefeito Municipal de Ribeirão do Pinhal, prefeito corrupto comprovadamente, vou trazer documentação para comprovar a corrupção de Anésio de Souza, do que vem fazendo na Prefeitura de Ribeirão do Pinhal, inclusive com denúncias feitas pelo próprio partido, denúncias encaminhadas ao SNI; e no final do expediente, traz o visto do Deputado Gabriel Manoel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, perdoem-me por eu ter me excedido, mas, apenas começou a triste estória. Eu não poderia deixar transparecer neste plenário, que, um homem, que não tem qualidade de legislar, tivesse tido a qualidade de legislar pela minha defesa num processo que montaram contra mim, na Revolução de 1964.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Dácio Leonel, terceiro orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL - Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Lendo: "Cabe-me registrar com satisfação o início ontem do 3º Curso de Formação Política, promovido pelo Diretório Municipal da ARENA de Curitiba, por iniciativa do seu ilustre Presidente, Deputado Federal Hermes Macedo.

Um jovem político com 30 anos de idade, ex-Secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul e atualmente: Chefe da Casa-Civil do Governador Gaúcho, teve ontem a incumbência de proferir a primeira palestra do Curso.

Trata-se do Professor Carlos Alberto Allgayer que já em 1973 era o Diretor do Instituto de Formação e Estudos Políticos da Arena no vizinho estado gaúcho.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e Professor Assis-

tente de Sociologia - Geral da Faculdade de Direito da PUC no Rio Grande do Sul, o ilustre conferencista teve ainda participação brilhante no 1º Encontro de Brasília promovido pela AERP, no 1º Seminário de Reforma Administrativa do Ministério de Planejamento e Coordenação Geral e no Curso sobre Instituições Políticas, Sociais e Econômicas da América Latina, realizada em Caracas.

A seriedade na condução de sua conferência e o lastro de cultura que demonstrou, marcaram o indiscutível sucesso da abertura desse 3º Curso de Formação Política da Arena em Curitiba.

Outros não menos brilhantes conferencistas estarão participando dessa realização do Diretório Metropolitano, valendo um registro especial à conferência programada para a próxima 5ª Feira, ocasião em que usará na palavra outro grande líder da política paranaense, o ex-Governador Paulo Pimentel.

A presença do ex-Governador dentro dessa promoção partidária, por si só representa a integração nos hostes arenistas e o desejo de todos os homens públicos filiados à agremiação de lutar pela tão desejada união partidária.

Fato que também chamou a atenção do conferencista de ontem foi a presença dos jovens, numa demonstração inequívoca do interesse pela participação dentro das agremiações políticas.

Registro o fato com muita satisfação e parabeno-me com o Presidente e o Diretório Metropolitano pela realização".

Desejo ainda, Sr. Presidente, encaminhar o seguinte requerimento:

"Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações ao Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná (DASCA), pela recente realização do 2º Ciclo de atualização agrária.

Referida realização em âmbito nacional objetivou congregar a classe estudantil e profissionais liberais, como também outros interessados ligados direta ou indiretamente ao Setor de Ciências Agrárias.

Mencionada promoção do DASCA contou com o apoio do Ministério da Educação e Cultura e da Reitoria da Universidade Federal do Paraná e teve o prestigiamento dos ilustres Ministros Alysson Paulinelli da Agricultura e Ney Amintas de Barros Braga da Educação e Cultura.

Buscou o Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias não apenas aprimorar conhecimentos, mas elevar também o nome do Setor de Ciências Agrárias e da Universidade Federal do Paraná a todo o País, mantendo assim um maior entrosamento entre alunos, autoridades, professores, engenheiros, agrônomos, engenheiros florestais e médicos veterinários.

A difusão e o aprimoramento do ensino, das pesquisas, dos serviços em favor da comunidade através da criatividade, zelo e idealismos, visando acompanhar a evolução das Ciências Agrárias, foram metas objetivadas e plenamente alcançadas.

Estamos seguros da decisão favorável desta Casa, da qual se pede seja cientificado o referido Diretório Acadêmico, bem assim a Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1975".

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, quarto orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos vir com um requerimento nosso que solicita o prosseguimento da BR 11 ligando Santo Antonio da Platina a Ibaté. Mas primeiro estamos aqui, não para fazer acusações mas para fazer a defesa, porque diz um ditado popular: "os cães ladram e a caravana passa". O meu eminente colega Lúcio Machado, num momento impensado talvez não soube discernir o que está escrito nas notas taquigráficas, quando eu procurava apenas esclarecer ao companheiro, nobre deputado do MDB, que os deputados da ARENA não são office-boy. Eu não vim aqui para justificar a opinião pública da região de Santo Antonio da Platina, de quem tivemos a honra de receber votos pela primeira, pois contava com 8 mil eleitores e recebemos 700 votos por intermédio do seu honrado e digno prefeito, hoje, o deputado Lúcio Machado.

Queremos dizer a este povo, e a esta Casa, que recebemos um expediente ao nosso digno companheiro Oscar Schenteld de de Ribeirão do Pinhal, atual Presidente da ARENA, daquele município. Este homem que gasta dinheiro que ganha honestamente. O dinheiro é seu, ele gasta ou queima conforme o seu bel prazer, e se o dinheiro é seu, ele ganha honradamente com o suor do seu rosto.

Porisso, nós não podemos admitir que venham aqui atirar pedras num companheiro nosso do interior. Não podemos admitir que tal injustiça se faça desta tribuna. Nós perdoamos as injúrias do meu querido amigo Benedito Lúcio. Só peço a ele, que faça uma pausa e analise o meu pronunciamento de ontem. Que nem de leve, procurei tocar na honradez da sua pessoa por quem sempre eu dediquei a maior admiração. Porque foi este deputado, como ele mesmo disse, quem ajudou-me a trazer pela vez primeira a esta Casa. Mas se engana o querido deputado, ao achar falta de capacidade de um companheiro seu. Engana-se o querido deputado, que quando prefeito municipal de Santo Antonio da Platina, em uma cidade de 8 mil habitantes, ele conseguiu carrear 700 votos para o seu candidato. Este mesmo candidato, graças ao trabalho deste prefeito honrado, eu consegui carrear pela vez primeira 700 votos, pela segunda vez 23 mil votos e agora, na casa dos 25 mil e poucos votos. Ou está este povo errado, ou está errado o ilustre parlamentar emedebista, quando admitiu falta de capacidade neste companheiro. E eu vou pedir a Deus que o perdoe, nobre Deputado, que procura atacar um companheiro.

Deus o perdoe, e eu continuo admirando o nobre parlamentar, embora com a falta de capacidade, de continuar trilhando ao lado de V. Exa. Que diga Paulo Pimentel que na calada da noite lutamos ao lado de V. Exa. para que V. Exa. não fosse injustiçado. Paulo Pimentel, o ex-grande Governador do Estado, está aí para dizer a verdade. A verdade nua e crua há de ser dita por este ilustre homem. V. Exa. está perdoado, nobre Deputado Benedito Lúcio, peço a Deus que na sua infinita misericórdia continue perdoando os justos como V. Exa. para que nesta trajetória gloriosa, com este tirocínio político tão brilhante, não continue mais a julgar os valores da administração pública do Paraná, e do Brasil.

Eu o desculpo, meu amigo, que bem no fundo do coração faltou com a verdade. V. Exa. sabe, meu querido amigo, que a vontade sua não era vir a esta tribuna injuriar um humilde colega seu. O Paraná está vendo que V. Exa. que é o defensor dos humildes, vem tripudiar sobre um homem que sempre o admirou e só deixou de ser seu companheiro quando V. Exa., por manobras políticas, não quis apoiar um colega nosso, quando prefeito de Santo Antonio da Platina. Nem por isso deixo de admirar V. Exa.

Que as pedras que V. Exa. atirou em minha pessoa sejam juntadas para construirmos nosso Norte pioneiro, para levar a

tranquilidade às nossas famílias, à sua família que muito estimamos e também à nossa.

Muito obrigado. Que Deus o cubra de todas as glórias e que continue progredindo nesta trajetória maravilhosa que é a política no Paraná. Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Regressamos de nossa tão progressista região Oeste do Paraná, onde pudemos apreciar a verbosidade de S. Exa. o Governador do Estado, fazendo promessas auspiciosas em Palotina, anunciando, quem sabe numa hora de euforia pelo progresso do Oeste do Estado, a criação de uma escola de nível profissionalizante no setor agrário. Realmente, se a promessa vier a se concretizar, haveremos de reconhecer que S. Exa. estará cumprindo, pelo menos em parte naquela região, o mandato com que foi agraciado pelo Presidente da República.

Por outro lado anunciou que as estradas do Oeste do Paraná no próximo ano estarão praticamente pavimentadas.

Quer nos parecer que S. Exa. enxergando a oportunidade dos apelos veementes que se têm feito desta tribuna, percebeu que o Estado do Paraná não pode mais caminhar descalço, não pode ver suas estradas em condições precárias, como estava até agora.

Por outro lado, Sr. Presidente, enquanto a oposição se levantou nesta tribuna para fazer o protesto a respeito da alienação do patrimônio estadual para o Governo Federal, especificamente no que tange ao problema das telecomunicações, enquanto a oposição ainda procura evitar que o patrimônio da TELEPAR se passe para a TELEBRÁS, a imprensa local vem dando conta de que a TELEBRÁS está sendo composta por mais uma empresa de telecomunicações estadual, a TELEPAR.

Esperamos que esta alienação, que podemos chamar a "non domino", já que é pensamento de quase todos os paranaenses, não se concretize, que não passe para o controle do Governo Federal o controle acionista de sua empresa feita e dinamizada com a economia do povo paranaense.

Realmente, o que se verifica é a centralização, a estatização centralizada, o monopólio, pelo Governo Federal, do controle de todas as empresas, tanto de comunicações, como, quem sabe até, num futuro próximo, às empresas de armazenamento dos produtos agrícolas.

É para alertar, Srs. Deputados, que percebi, em conversas veladas, a eventualidade da COPASA se passar para a CIBRAZEM. É preciso que os Srs. Deputados se conscientizem para que o Estado do Paraná, não seja apenas uma província, sem autoridade administrativa.

Era apenas este lembrete, que queria deixar registrado e, ao mesmo tempo, deixar aqui desta tribuna, o encaminhamento de um requerimento, formulando votos de congratulações às sucursais da empresa jornalística, conhecida como Fronteira do Iguaçu, sediada em Cascavel. Um jornal que vem galgando posições altas, que vem dando, à Região, uma contribuição gloriosa, edificante, no sentido mais sério que se pode fazer da carreira jornalística.

E é com esse sentido que encaminho, à Mesa, o seguinte requerimento: (lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, respeitosamente solicita a Vossa Excelência, após ou-

vido o douto plenário, se digne mandar consignar em ata, votos de congratulações ao jornal "Fronteira do Iguaçu", com sede em Cascavel - Paraná, pela expansão e dinamismo pioneiro em matéria de jornalismo no Oeste paranaense, dando um exemplo de integração do povo deste grande Estado.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1975".

Teria hoje, Srs. Deputados, um assunto de grande repercussão quer me parecer, inclusive, nas áreas oficiais, pela forma com que fomos tratados em Foz do Iguaçu, por uma pessoa de alta patente das Forças Armadas, e que está ocupando um cargo na vida civil. Mas, esse pronunciamento, dado a seriedade e suas implicações, o farei oportunamente. Talvez a partir de quinta-feira, possa fazer esse pronunciamento. Então, haverá de ter muita novidade para quem gosta delas.

Era só, Sr. Presidente. Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, sexto orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho, a esta tribuna, para pedir providências, não sei a quem, não sei a que Governo, mas talvez seja até necessário criarmos um novo tipo de vacina: vacina contra o trânsito. Pois nem a meningite, nem a difteria, neste País, matam mais do que o trânsito e agora do que os ônibus.

Em São Paulo, no mês de maio, morreram 299 brasileiros, em acidentes de trânsito.

Não gostaria de dar nomes, mas darei, para mostrar que o problema é basante sério, e não é de uma ou de outra empresa. Darei o nome das empresas assassinas.

Há um ano atrás, um ônibus da Princesa dos Campos, caiu no Rio Iguaçu, de uma maneira que até hoje ninguém explicou. Na minha região corre o boato de que existiam dentro daquele ônibus 30 pessoas. Outros dizem que estava apenas o motorista, mas tal como a Balsa da Usina Foz do Chopim que também não sabemos se matou 50, 80, 100 ou 200 pessoas. Relatório algum foi conclusivo, não sabemos quantas pessoas morreram no ônibus da Princesa dos Campos.

Há cerca de 20 dias, um ônibus da Penha, fez 12 vítimas na estrada do Café. No dia seguinte, a Princesa do Norte, fazia mais 12 vítimas. Domingo passado fui a Morretes e quando voltava, num ônibus da Sul Americana estava há 100 metros da pista. Disseram-me que ali também estava uma vítima.

Ontem, passando por Ponta Grossa, lá estava um ônibus da Penha ou Pluma, acidentado, na bifurcação da estrada que vai para Foz do Iguaçu e o Norte do Estado.

Os jornais de hoje, noticiam que a Cometa faz mais duas vítimas.

Até quando, Sr. Presidente, Srs. Deputados neste País se matarão passageiros inocentes dentro de ônibus mal feitos, sem segurança, com motoristas mal pagos, com motoristas que dormem ao volante, que não são obrigados a viajar sós e disto tenho um testemunho pessoal. Segunda-feira, viajando pela Empresa Reunidas, este Deputado teve oportunidade de assistir ao chegarmos a cerca de 2 ou 3 horas da manhã, em Guarapuava, um dos motoristas, passou para outro carro e do Guarapuava a Francisco Beltrão, ficou apenas um e fez o percurso.

Sabemos que o problema não é do miserável motorista que ganha mal, tem poucas horas de repouso e é obrigado a trabalhar para sustentar sua família. Mas, até quando, Srs. Deputados, haveremos de ficar assistindo calmamente que vidas sejam ceifadas diariamente, por esse Brasil afora, mais do que a meningite, do que a difteria, por esses ônibus que estão por aí rodando?

O passageiro está nas mãos do motorista, que faz o teste psicotécnico, arma secreta achada para dar dinheiro a alguém, pois sabemos que em Santa Catarina, já não se faz mais psicotécnicos para amadores, comprovada a sua inutilidade. Há exigências, todos nós sabemos, da existência do cinto de segurança mas, nos ônibus, não existe essa obrigatoriedade.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência avisa que o seu tempo já está esgotado.

O SR. DENI SCHWARTZ - Obrigado. São muitos, enfim, os problemas de segurança de nossas rodovias. Temos vindo à Tribuna reclamar do Governo a melhoria das rodovias, mas chegou também o momento de pedirmos fiscalização mais eficaz, principalmente nos ônibus que fazem as linhas inter-municipais. Porque não se atribuir à Polícia Rodoviária Federal e à Polícia Rodoviária do Estado obrigações de como evitar o excesso de velocidade, como por exemplo marcando os horários de suas passagens nos diversos postos.

Por que não se estabelecer meios para que a fiscalização possa controlar melhor as condições técnicas dos mesmos?

O problema é de muita gravidade e a ele voltarei oportunamente. Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, sétimo orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como um dos muitos bacharéis que adentraram a esta Casa, preocupa-me a situação profissional dos milhares de advogados que labutam neste Estado do Paraná.

Vindo de uma comarca do interior e advogando essencialmente no interior, centenas de processos tive a oportunidade de funcionar ativamente. E temos assistido, principalmente, nas pequenas comarcas do interior o sobrecarregamento dessas defesas dativas aos nossos advogados.

Em outros Estados do Brasil existe uma legislação que atribui o pagamento aos advogados quando militarem em favor dos menos protegidos pela sorte, quando derem assistência judiciária gratuita.

Ora, uma legislação desta envergadura é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, é assunto, também, de alta indagação.

Acredito que o Estado do Paraná deve urgentemente adotar esses princípios que existem em outros Estados, a fim de que os nossos advogados, também, recebam a retribuição para seu trabalho pela sua dedicação em favor dos mais humildes.

No Paraná existe uma situação caótica. Há uma lei que obriga o pagamento da taxa judiciária e que há muitos anos não foi revista. Hoje, no Paraná, para se mobilizar o aparelho judicial numa ação de dez mil cruzeiros ou numa ação de cem milhões de cruzeiros se paga a mesma taxa judiciária, cujo valor máximo de contribuição é de 10 cruzeiros, o que evidentemente é insignificante mesmo para os cofres do Estado.

Então, acredito eu, que o Estado, o Executivo deve se preocupar com este aspecto da justiça paranaense, deve se preocupar porque hoje a taxa judiciária no Paraná é uma mesa formidável. Por uma questão de justiça mesmo, acho que o valor de uma ação, como em outros Estados, deve ser cobrada proporcionalmente.

Estou apresentando à consideração dos colegas de um requerimento em que solicito do Sr. Governador do Estado a formação de um grupo de trabalho para, em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil e com o Tribunal de Justiça de nosso Estado, elaborar um projeto de lei neste sentido, para que revista a taxa judiciária, a maneira de ser cobrada a taxa judiciária, a

atualização de seus índices e uma lei em que fique consubstanciado o pagamento a todos os advogados que patrocinam uma defesa gratuitamente.

O SR. PRESIDENTE - Lembro ao nobre Deputado que tem dois minutos para terminar o seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI - Estou apresentando à consideração de V. Exas. e solicito o seu apoio para o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após manifestação do plenário, requer o envio de expediente ao Exmo. Governador do Estado, em que sugere a formação de Grupo de Trabalho, para a elaboração de lei em que se autorize o pagamento de honorários advocatícios, aos advogados militantes no Estado do Paraná, quando dativamente forem convocados pela Assistência Judiciária a patrocinarem defesas judiciais. Requer seja também, da decisão do plenário, comunicada a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná e o egrégio Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1975.

JUSTIFICATIVA:

Embora seja ônus da profissão, por constar mesmo no Código de Ética Profissional, o patrocínio gratuito de causas, não se pode exigir a sobrecarga de tais defesas a muitos bacharéis do interior, verdadeiramente atarefados com tal "ônus". Nas pequenas comarcas e mesmo nas de maior destaque, dia a dia, aumenta o número de defesas dativas. Anônima e diuturnamente nossos bacharéis tem feito funcionar a Justiça, quer patrocinando defesas criminais, quer promovendo a Assistência Judiciária a todos que não possuem meios de contratar advogados. Cumprem eles, com louvor e até com sacrifícios o dispositivo constitucional do art. 153, § 32, que prevê a Justiça para todos. O pagamento, que se pretende não é inovação, porquanto em outros estados já se adotou o pagamento, pelo Estado, de tais defesas.

Por outro lado, é insignificante e verdadeira letra morta a disposição legal que obriga o pagamento de Taxa Judiciária no Paraná. Inconcebível que o Estado cobre a mesma Taxa para a justiça funcionar numa ação de 10 mil cruzeiros e cem milhões de cruzeiros. Vencida pelo tempo, a atual Taxa Judiciária é mais uma formalidade que realmente o pagamento para a mobilização do aparelho judicial. Deve a legislação ser revista a fim de possibilitar os meios financeiros para o Estado, então, pagar ao que, realmente fazem o funcionamento da Justiça gratuita, nossos abnegados bacharéis.

1) Grupo de Trabalho pretendido, deverá contar com a participação de Representantes da OAB e do Tribunal de Justiça para elaborar o novo estatuto legal, pois é iniciativa exclusiva do Poder Executivo, razão porque se provoca tal iniciativa".

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, era a isto que pedi a atenção, que me dispensassem os nobres pares, para que os nossos advogados também, que anonimamente fazem também justiça gratuita aos funcionários, de agora em diante possam ter a retribuição justa do seu trabalho e o Estado tenha uma fonte de arrecadação, verdadeira, porquanto, hoje, a insignificância que ela é cobrada acredito que pague em parte o papel das próprias guias, dos próprios papéis que são necessários para a elaboração dos mapas de arrecadação. - (Sem revisão c.o. orador).

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência solicita ao responsável pelo serviço de som deste plenário, providências para uma perfeita audição neste recinto, a fim de que os Srs. Deputados

entendam perfeitamente despachos desta Presidência, assim como a participação dos Srs. oradores que assomam à tribuna.

Findo o Pequeno Expediente, concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todo o Paraná é testemunha de que em cada comunidade o meio mais fácil, mais acessível e principalmente granjeia maiores simpatias da população, é o esporte, e naturalmente em nossa comunidade é o esporte amador, o esporte que é praticado nos bairros, no centro da cidade e principalmente nos clubes amadores de todo o Paraná.

Homem ligado diretamente ao sentido esportivo de nossa terra, homem ligado diretamente às ligas regionais de minha cidade e da minha região, vivo hoje com tristeza aquele glorioso passado amadorista que tinha o Estado do Paraná.

Foi instituída pelo atual órgão do Governo nacional, a loteria esportiva - sentido único e objetivo desta própria loteria esportiva, seria o amparo ao esporte amador, em todo o território nacional e os Senhores e a Imprensa aqui credenciada são testemunha, a todo o Paraná é testemunha que, passados 200 e poucos testes e angariados aos cofres nacionais da loteria esportiva milhões e milhões de dinheiro, de assalariados, que semanalmente comparecem fazendo as suas apostas na loteria, fazendo com que os seus objetivos de se tornarem um dos ganhadores carregam todos os seus custeios, para a loteria esportiva.

Medida justa, objetiva, do Governo Federal, mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Paranaenses, a minha cidade, que é Ponta Grossa, que nestes duzentos e poucos testes contribuiu com uma grande parcela para com o Paraná, com o Brasil e a loteria esportiva, não teve até o dia de hoje uma parcela mínima de retribuição como não teve nenhuma comuna paranaense, como não teve o Paraná e nenhum Estado desta Federação pelo funcionamento da loteria esportiva, quando da sua fundação. Se digo isso é com conhecimento de causa. Tivemos no Paraná um esporte amador digno e elogiável em todos os aspectos, tivemos no passado verdadeiros esteios nacional, campeões nacionais amadoristas e o que vemos hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as ligas do interior do Paraná, de minha região nos Campos Gerais, quase à beira da falência, fazendo com que o esporte amador seja quase que diminuído e acabe no dia de amanhã. Se estamos na tarde de hoje, fazendo com que esta Casa, através de um requerimento nosso que iremos fazer, alerte aos atuais dirigentes da loteria esportiva que não estão sendo cumpridas nas suas finalidades e estamos aqui para testemunhar isto, que a loteria esportiva do Paraná até então, em tom não de desafio, mas de contribuição, que nos mande um relatório do dinheiro aplicado neste Estado e que aquela direção venha a nós, representantes do povo, para que tenhamos que falar o que foi feito do dinheiro do povo, que nada foi feito para a nossa terra e nem à Nação brasileira. Que venha trazer ao conhecimento público e que nós, - não no sentido de crítica mas de diligências - queremos que o Paraná, não somente a minha cidade, tenha ginásios esportivos, não somente as nossas ligas tenham dotações orçamentárias da loteria, queremos que tenha o Paraná, no sentido amadorista, como o criado quando da instituição da loteria na Nação brasileira. Alguma falha há neste sentido, de que a atual diretoria da loteria esportiva não está querendo, principalmente que os seus objetivos primordiais que é a assistência ao esporte amador nacional. Vemos com tristeza para com a nossa cidade, a nossa região, para com o nosso Paraná, a total ineficiência da loteria esportiva. Vemos que, semanalmente, grandes somas de toda a comunidade paranaense são carregadas para a loteria, para a lote-

ria federal e invoco em retribuição, para este Paraná e as cidades nada ganham e queremos neste nosso alerta fazer com que alguma coisa concreta e objetiva seja feita em torno do Paraná, em torno do Paraná, em torno do sentido de esporte amador.

O SR. NILSO SGUAREZI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. bem acentua e oportunamente um laboratório esportivo não tem cumprido sua finalidade com o esporte amador, mas acredito eu que para o Paraná tem ela faltado também com o próprio esporte profissional. Aí está o Pinheirão, a obra que a grande maioria, principalmente curitibana, acreditou ser a redenção do nosso esporte rei, o futebol, inacabado. E várias tentativas foram feitas por vários órgãos do futebol paranaense, em especial pela Federação, para que a loteria esportiva desse o apoio necessário à conclusão daquelas obras. E à medida em que o tempo, passa, o Pinheirão não apareceu. Acredito, se houvesse o mínimo, de retorno das ponderáveis somas que a loteria leva do Paraná, nós teríamos materializado talvez, em estádios, em centros esportivos, um incremento maior, não apenas para o futebol amador ou para o esporte amador de maneira geral, mas também para o futebol, como é o caso do Pinheirão.

Congratulo-me com V. Exa. pela oportunidade deste pronunciamento porque acredito eu, que por falta talvez de reclamação, talvez por falta de reivindicação, o Paraná venha sendo esquecido.

Ainda ontem, nesta Casa, o Deputado Luiz Roberto Soares, secundando outros deputados, se manifestava sobre o problema viário, em que o Paraná era relegado ao abandono. Acredito que outras unidades da Federação estão recebendo essa monstruosa soma de dinheiro que semanalmente a loteria arrecada. Mas no Paraná, não tenho conhecimento de obras, de auxílio ou de retornos que a loteria tenha contribuído. Congratulo-me com V. Exa. que, como disse, devemos levar ao conhecimento da direção desta instituição, que o Paraná precisa receber um pouquinho do muito que dá semanalmente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Agradeço o aparte do ilustre

Deputado que veio abrilhantar o nosso pronunciamento, Nilso Sguarezi, porque realmente se nesta Casa somassem além dos Srs. Deputados, somasse os órgãos de imprensa aqui credenciados e outros órgãos de divulgação de todo o Estado do Paraná, para que juntamente com os reclamos do povo paranaense, fizessem com que a Loteria Esportiva desse além do esporte amador, desse também a sua contribuição para com o esporte em geral de todo o Paraná e de toda a terra araucariana.

Queríamos, neste instante, fazer com que esta nossa exposição tivesse um único sentido, um único objetivo, qual fosse de trazer ao Paraná aquilo que nós reclamamos, que os desportistas reclamam, que é o estádio à sua altura da sua tradição esportiva.

Muito bem lembrado pelo ilustre Deputado, a conclusão do Estádio Pinheirão para fazer com que o Paraná se projete a cada dia mais no cenário esportivo nacional.

E agora, quando o Brasil ascende de um sentido amadorista em disputas internacionais, o Paraná que não tem alicerces, o Paraná, que não tem sustentáculo algum ao esporte amador, fizesse com que a loteria esportiva carresse ao nosso Estado, aquele indispensável custeio que é o elemento primordial de qualquer organização que é o elemento primordial de qualquer órgão financeiro.

E diríamos ao encerrar a nossa participação, que realmente é o esporte que entrelaçam as melhores amizades. E nós desta Casa, desta Tribuna, no dia de hoje, pedir a todos indistintamen-

te, que somos testemunhos, aonde companheiros do MDB e companheiros da ARENA.

Fazer com que num campo esportivo somente um partido só, que é o partido esportivo da terra do Paraná, da terra brasileira e, acima de tudo, trazendo a todos nós a convivência salutar, a convivência do esporte, para que no futuro tenhamos a oportunidade de melhores dias, assistindo a todos os esportistas pela loteria esportiva na terra paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. OSVALDO MACEDO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveitando o recesso forçado que as condições sanitárias nos deram nesta Assembléia, percorremos vasto trecho do Paraná e, em todos os lugares, em todos os cantos ouvimos reclamações, pedidos, apelos, problemas de desmazelos. Tudo se reclama, tudo se pede à administração pública estadual e, como dissemos ontem, este novo Governo ainda não disse a que veio e por que veio.

Hoje nos ateremos a um problema específico, mas grave e urgente, que requer a intervenção pronta, enérgica e segura, não da administração como um todo, mas especificamente do Governador do Paraná, como primeiro mandatário e, portanto, como primeiro advogado deste Estado.

As Centrais Elétricas de São Paulo constroem no rio Paranapanema, a Usina de Capivara. A construção desta usina inundará largo trecho, extensa área do território paranaense. Nove ou dez mil alqueires, não tenho, no momento, o número exato.

A verdade é que áreas de terras, das mais férteis do mundo, deixarão de produzir para o Paraná, deixarão de oferecer divisas para o Paraná, e, inundadas, deixarão de oferecer trabalho, domicílio e segurança aos proprietários que ali labutam e ali produzem. Desde o início os proprietários de terras destas áreas preocuparam-se com a indenização que a CESP pagaria pelas áreas que seriam inundadas e houve reclamações, houve apelos, houve protestos e houve pedidos. Veio o Presidente da CESP a Londrina e numa reunião com os produtores, proprietários dos municípios atingidos, prometeu-lhes indenizações justas que seria, na ocasião, de 25 mil cruzeiros o alqueire para as melhores terras.

Na mesma ocasião declarou o Presidente da CESP, com a autoridade que tem, de homem conhecido no País e até ex-Governador de São Paulo, que se porventura os proprietários não viessem a concordar com os preços que a CESP oferecia essa promoveria judicialmente ação de desapropriação e depositaria o preço justo que estabelecera naquela ocasião.

O Presidente da CESP não cumpriu a palavra, ou não lhe permitiram que cumprisse a palavra, porque, na primeira desapropriação judicial que levou a efeito, ofereceu a depósito, importância irrisória, insignificante e de má fé, fazendo, de forma psicológica, que os proprietários entrassem em entendimentos verbais e amigáveis, com a CESP, para o pagamento de suas indenizações.

Antes disso, o Governo do Paraná, nomeou uma comissão para representar os proprietários e interceder, junto à CESP, que os pagamentos de áreas paranaenses fosse do preço justo, correto.

E essa comissão nomeada, não se sabe o que fez, não se sabe onde estão seus representantes que, até hoje, não responderam se cumpriram, e cumpriram bem, o mandato que lhes foi confiado.

A CESP instalou escritório no Paraná, e prevê para, para outubro deste ano, a inundação daquela área. E só agora, em

75, começou a efetuar os pagamentos aos proprietários, aos preços anunciados no ano passado, sem qualquer reajustamento, sem qualquer indenização. Mas, não ficou nisso. A CESP passa a exigir dos proprietários dos que levam toda a documentação, todo o cadastramento, a seus escritórios. E lá, os processos ficam parados. E quando os proprietários os procuram, ou estão parados, ou se perderam, estão extraviados, e eles têm que fazer novamente toda a documentação.

Outros, aceitam o preço e saem perdendo. Porque o preço da CESP é de 25 mil cruzeiros, quando ocorrem nítidas benfeitorias, se quiserem comprar terras, no mesmo município, no mesmo município, como ocorrem em Primeiro de Maio, terão de comprar, ali, a 60, 65, 70 mil cruzeiros o alqueire, se encontrarem terra à venda.

E a CESP paga 25 mil cruzeiros o alqueire e eles terão que pagar 60, 70 e até 80 mil cruzeiros, se porventura encontram!

E se comprarem em outras regiões, não encontrarão as mesmas terras férteis, nem com as mesmas benfeitorias que, durante anos e anos de trabalho, construíram.

Mas, isso não chega a ser o mais grave. Além de pagar preços irrisórios, insignificantes, prejudiciais ao Paraná às terras que serão inundadas, a CESP passou a descontar áreas de terras que ela diz inundáveis, por serem próximas aos rios, e que, diz, são de domínio do Estado.

Haja visto, para exemplificar, o que ocorreu no município de Jataizinho, um cidadão, proprietário de 8 alqueires de terras próprias para a indústria de cerâmica, deverá ser indenizado, ao gosto da CESP, em apenas meio alqueire, porque os restantes 7 alqueires e meio não merecem indenização, porque estão próximas ao rio, e são, portanto, domínio do Estado.

A CESP instalou seu escritório no Paraná. E os proprietários, os lavradores, homens afeitos ao trato da terra, à colheita, que não conhecem de leis, não conhecem de papéis, não conhecem de documentos e que, além de produzir e trabalhar a terra não sabem negociar. E, às vezes, se sentem acanhados, envergonhados, constrangidos, de irem ao escritório daquela empresa para discutirem e defenderem seus direitos. Muitos poderiam contratar advogados para os defenderem, nessas ocasiões, mas não querem gastar dinheiro com honorários de advogados, com custas processuais, para o que eles considerem seus direitos sagrados.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. permite em aparte? (Assentimento).

Já trouxe a esta Casa um caso de desapropriação por inundação pura e simples, foi em Salto Osório. E como retrata V. Exa., realmente a nossa agricultura, aquele mais humilde, na maioria das vezes, ele não contesta a ação de desapropriação porque judiciais da própria figura do Estado. Não valeria a pena, mesmo às vezes, contratar um advogado pela soma irrisória e que ele se vê obrigado a aceitar. Com referência a essa Usina Capivara, quero informar ao nobre Deputado que V. Exa. traz oportunamente este problema a esta Casa, e tenho a certeza, a imprensa dará a devida divulgação, porque a informação que eu tinha era outra, totalmente contrária. Assisti, num dos cinemas de Curitiba, um filme publicitário dessa Usina, elaborando através da Organização I. Rosemberg, patrocinada pela CESP, inclusive, com aparição dos Governadores de São Paulo e do Paraná, quando numa das primeiras conclusões da obra, na cidade de Porecatu, na própria represa. Esse documentário, mostrava os funcionários da CESP visitando os colonos desapropriados e naquele documentário se dizia que se estava pagando uma indenização justíssima, um preço muito justo. A opinião pública acredita,

confia nesses documentários, e aí vejo, inclusive, Srs. Deputados, uma falha do serviço de censura, de permitir que essa empresa, através do maior meio de divulgação, que é o documentário, rodado em todos os cinemas do Brasil, crie uma imagem falsa, porque eu fico com a palavra de V. Exa. que visitou os agricultores, como eu fui visitar em Salto Osório. Senti a angústia daqueles agricultores, fui de casa em casa, de lar em lar, visitando aqueles infelizes que têm de ceder suas terras e de receber um dinheiro para poder se localizar em outras terras. Acredito que V. Exa. deveria, e até faço uma sugestão, depois desse pronunciamento, fazer uma advertência ao serviço de censura para que fosse cortado desses documentários essas inverdades, porque cada usina que se constrói no País, esses documentários rodam pelo Brasil afora. Tenho absoluta certeza que o pronunciamento de V. Exa. causará eco porque assim como fizemos em Salto Osório, a Eletrosul se mostrou sensível aos reclamos que fizemos. Quero aproveitar a oportunidade para dizer que os peritos da ação de desapropriação que corre na 1ª Vara da Justiça Federal aqui em Curitiba, já apresentaram o seu laudo e a Eletrosul que oferecia um preço de 2 mil cruzeiros por alqueire, de acordo com os peritos vai pagar 8 mil cruzeiros e o preço máximo será de 12 mil cruzeiros, no Sudoeste. Evidentemente, não será sempre o mesmo preço, porque lá é região de divisa com São Paulo.

Mas, deixo a V. Exa. os meus parabéns e solicito a V. Exa. que veja este ângulo, inclusive, de abordar o aspecto da censura, que não podemos admitir que um documentário tão difundido, como esse que está rodando inclusive nos cinemas de Curitiba, dê uma falsa ilusão que nossos agricultores estão recebendo o preço justo quando, na verdade, não estão.

O SR. OSVALDO MACEDO — Agradeço a V. Exa. e o deputado

Nilso Sguarezi tem toda a razão. Seria mais oportuno, mais correto, mais decente, que em vez de financiar filmes caríssimos, coloridos, usando o dinheiro que lhe é próprio, a CESP utilizasse para pagar o preço justo aos agricultores que serão atingidos e prejudicados. Mas a CESP até que está no seu papel, pretendendo pagar pouco, pretendendo tirar proveito dos trabalhadores, pretendendo tirar proveito, também, do Paraná porque a Usina que ali se instala não servirá ao Paraná, não fornecerá energia elétrica para o Paraná, mas usará terras paranaenses.

O Paraná, segundo o que sabemos, não tem ainda assegurada compensação para os prejuízos que sofrerá e está já sofrendo. Tenho dito que o Governo do Paraná é o primeiro advogado do Estado e do povo paranaense. Como advogado deve cumprir o mandato que lhe foi conferido, sob pena de cometer patrocínio infiel. E assim será se não defender os interesses paranaenses da compensação pelo prejuízo que terá em razão da construção da Usina de Capivara e se não defender os proprietários de terras daquelas áreas.

Mas, e de se observar que este assunto não foi pela primeira vez hoje tratado nesta Assembléia. Já na Legislatura passada muitos Deputados trataram da questão aqui. Chamara a atenção do Governo, dobraram a responsabilidade da administração estadual para que detendesse mais que o homem, defendesse também o Paraná que está sendo prejudicado.

Hoje, volto com um requerimento ou com um apelo. É um apelo que dirijo ao Exmo. Sr. Governador do Estado que tem tanto viajado pelo interior do Estado que, segundo sabemos, entende que não deve ficar muito na Capital pelo menos no começo, deve viajar bastante pelo interior, que viaje para essa região, não para ir apenas a festar, não apenas para ir a banquetes, não apenas para ir a reuniões de seu partido político, mas que

va a essa região ouvir o lavrador, o proprietário, ouvir o prejudicado e que aja como Governador e como advogado dessa população.

Que o Governo do Paraná mostre que aqui o Estado de seu lado, está ao lado dos desapropriados, está ao lado das vítimas, está ao lado enfim do Paraná. O nosso apelo é para que o Governador interceda pessoalmente, energicamente e imediatamente em defesa dos desapropriados dos municípios de 19 de Maio, Sertaneja, Porecatu, Alvorada do Sul, Jataizinho, Sertãozinho e Rancho Alegre que estão sendo vítimas dos interesses da CESP que não confere, que não coincide e que não consulta os interesses do Paraná e da gente paranaense.

É neste sentido que formulamos este apelo e esperamos que o Governador seja pronto e expedito em atender, porque se não o fizer daqui voltaremos a cobrar e o acusaremos publicamente de patrocínio infiel por não estar exercendo à altura o mandato que lhe foi conferido, muito embora não pelo povo, mas pelas leis de exceção que fizeram neste País.

O SR. DENI SCHWARTZ – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. aborda um assunto sob dois aspectos muito bem. Defende os interesses que estão sendo lesados dos moradores, dos agricultores enfim dos proprietários desses municípios.

Sob outro ângulo falou-se dos interesses do próprio Estado.

Exatamente nestes dias, vemos a imprensa nacional informar de que o Estado de Goiás está se movimentando para pedir uma indenização pela área de terras que perdeu, dispôs, para a constituição da nova Capital, Brasília.

Os jornais nacionais estão noticiando que o Governo do Pará, na Assembléia Legislativa do Paraná um Deputado da Aliança Renovadora Nacional levantou sua voz solicitando indenização ao Governo Federal, ao INCRA, pelos 100 km das margens da transamazônica, que foram destinados à colonização, pelo INCRA.

Vejam o pradoxo da situação:

De um lado se quer indenização por Brasília, cidade que levou o progresso às suas vizinhanças, ao Estado de Goiás; de outro lado se quer indenização por 100 km a serem colonizados por um órgão federal, colonização esta que, em primeiro lugar, beneficiará o Estado.

E nós, que teremos dentro em breve 5 por cento das terras paranaenses inundadas por Capivari, Itaipu, Salto Osório e tantas outras usinas, terras estas que nada mais produzirão, usinas estas que nada aqui deixarão porque não foram feitas para o Paraná – se o fossem não havia razão da COPEL bater às portas dos consumidores com altas taxas e cobrando todas a qualquer ligação, justificando que precisa fazer Salto Areia porque o Paraná não terá energia?

Itaipu não é para o Paraná, Capivari—Cachoeira não é para o Paraná, Salto Osório não é feita para o Paraná!

Porisso, os interesses que V. Exa. neste momento levanta para o Estado do Paraná, juntamente com os interesses dos proprietários daquela área, tem que ser ditos bem altos porque este Paraná, antes de mais nada, temos que dizer, este Paraná tem dono. Chega! SE não, teremos que fazer o que fez o Sudoeste há anos atrás – pedir independência, para formar um novo Estado!

Ontem um Sr. Deputado da ARENA, o nobre Deputado Luiz Roberto Soares mostrou o descaso que se tem para com este Estado, ao afirmar que somente 42 km foram asfaltados, nos últimos 4 anos, pelo Governo Federal. Temos respondido à altura, produzindo mais, exportando, somente pelo nosso Porto de

Paranaguá, contorne fomos informados pelo Presidente da Federação da Agricultura do Estado, quase 16 por cento da receita cambial brasileira, sai pelo Porto de Paranaguá. Mas aqui, nada se está fazendo.

Meus parabéns pelo brilhante pronunciamento que V. Exa. está fazendo à Casa.

O SR. GILBERTO CARVALHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Osvaldo Macedo, venho acompanhando seu pronunciamento em defesa dos moradores daquelas regiões que foram atingidas pelas inundações com a construção da Usina de Capivari.

É bastante justa a reivindicação de V. Exa.

Sei que existem algumas indenizações, sei que houve promessas naquela reunião de Londrina, é preciso que se cobre. Agora, nós sabemos das dificuldades que existem para que tudo seja completado, às vezes, os proprietários não têm a documentação em ordem e todos conhecem a burocracia do INCRA, que obstáculo a que a transação chegue logo ao seu final.

Mas, V. Exa. está de parabéns quando faz a defesa dos moradores daquelas regiões. Queria dizer a V. Exa. que terá inteiro apoio e creio que o Sr. Governador já vem gestionando com referência a este assunto e merecerá toda a atenção do Governador o apelo que V. Exa. faz. Quanto às viagens que o Governador vem fazendo pelo interior do Estado, tanto ele como os Srs. Secretários de Estado, têm feito tudo para conhecer mais de perto a situação de nosso Estado. Na sexta-feira mesmo, teve oportunidade de receber a visita do Sr. Secretário dos Transportes na nossa região. Chegando lá, não tendo tempo nem sequer de tomar café, participou no início da reunião com uma compromisso de vistoriar aquela estrada de Mauá e Ibiaporã e de lá voltou porque tinha hora marcada para tomar o avião e voltar a Curitiba e assim tem feito o Governador, programado as suas viagens, às vezes impossibilitado de se locomover com avião faz a viagem por estrada natural, como fez há poucos dias em Ivaiporã, quando o avião esperava a sua chegada o Governador já chegava com o objetivo de tomar conhecimento mais de perto da situação. O Governador faz como todos nós, não com a intenção de participar de banquetes mas para conhecer de perto a situação, como V. Exa. saiu em visita à região e é recebido com simpatia como todos os Srs. Deputados que chegam, mas, a nossa missão é aquela de tomar conhecimento mais de perto e conversar com o povo do interior, mas está de parabéns V. Exa. e pode estar certo que merecerá todo o apoio do Governador a reivindicação que faz neste momento.

O SR. OSVALDO MACEDO – Agradeço o aparte de V. Exa.,

antes me permitindo fazer um reparo à colaboração à V. Exa. O Governador, como todos nós, tem ido muito ao interior e ao Norte do Paraná em muitas visitas, mas já faz mais de dois meses que tomou posse desde então não vi iniciativas com objetivo no sentido de oferecer a proteção, de defender os lavradores e proprietários que precisam desta proteção e amparo imediatamente, que é a cobertura que eles não têm. Existe no Paraná e ainda há pouco fizeram festa na nomeação, da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural que antigamente era interessada e dava assistência aos trabalhadores. Hoje já não faz mais nada. Já não se sabe o que faz. Poderia o Governo dar assistência jurídica a estes proprietários, poderia o Governo com energia com fazer que esta inundação não se desce enquanto os proprietários não tivessem a indenização devidas. Seria uma atitude imediata, clara, em favor do Paraná. Este o nosso sentido objetivo de nosso apoio, da nossa veemência, é des-

pertar, provocar uma ação iniciativa do Governo que, ao que consta, até agora não veio. Mas eu quero endereçar um aparte a V. Exa., como líder do Governo, que falou no Secretário dos Transportes, que poucos dias bastariam e já faz tanto tempo que é reclamado, que se espera e que já devia estar pronto, que V. Exa. transmitisse ao Governo para que aqueles interessados, para que aquela empresa Vanec, que cuida do trecho não continue atrasando tanto o pagamento dos fornecedores de carne, de alimentos não continue fornecendo vales aos seus trabalhadores que há muito tempo não vêm dinheiro e que não está cumprindo com as suas obrigações. Alguma coisa não está certo e os que estão sendo prejudicados são os proprietários, os comerciantes, os trabalhadores daquela área e que saia uma providência enérgica e urgente. É o meu apelo a V. Exa. já que é representante do Governo, já que fez referência a Estrada Mauá.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Agradeço a atenção de V. Exa., como eu disse de início, o Governo participou do encontro de Londrina mas eu não sei, não estou assim bem inteirado, mas procurarei obter informações daquilo que o Governo vem desempenhando no sentido de solucionar o problema.

O SR. OSVALDO MACEDO – V. Exa. como faz esta reivindicação ao invés de trazer informações a mim, leve a ação àqueles proprietários.

O SR. GILBERTO CARVALHO – V. Exa. como faz esta reivindicação terá uma resposta daquilo que está se fazendo. Mas com referência a esta firma construtora daquele trecho de estrada, V. Exa. sabe muito bem das dificuldades, não é só uma firma que está naquela região.

De Mauá a Faxinal está indo muito bem as obras e quase concluídas. De Faxinal a Porto Ubá, o Secretário reclamava e não sabia como solucionar. Para trocar a firma, cancelar o contrato que foi firmado. Então a única maneira de concluir mais rápido é permitir não modificar mais já que está havendo prejuízo, mas depois de iniciado, não se justifica a mudança de firma empreiteira, porque o atraso será maior ainda.

O SR. OSVALDO MACEDO – É isso que nós precisamos examinar.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Foi justamente isso que o Secretários dos Transportes foi fazer naquela região. Para ver de perto e cobrar da empreiteira estas falhas que estão havendo nesta firma.

O SR. OSVALDO MACEDO – Agradeço a V. Exa. e encaminho à mesa um requerimento em forma de apelo ao Sr. Governador para que providencie no exercício do seu mandato ou do seu dever a defesa e a proteção dos lavradores dos municípios de – Primeiro de Maio, Sertãoópolis, Porecatu, Alvorada do Sul, Jataizinho, Sertaneja, Rancho Alegre.

E nós esperamos que o Governo tenha sucesso, porque nós queremos o bem do Governo para o bem do Paraná. Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 06/75, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que declara de Utilidade Pública o Centro Social São João Batista, com sede e foro na ci-

dade de Bocaiúva do Sul. Parecer **favorável** da C.C.J. – **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 13/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de Utilidade Pública o Instituto Educacional e de Assistência Social “Luz e Amor”, com sede na cidade de Maringá. Parecer **favorável** da C.C.J. – **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 41/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 54/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o município de Cianorte, objetivando construção de um prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido município. Parecer **favorável** da C.C.J. – **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 41/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado em 4 de fevereiro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança e de Viação e Obras Públicas e o município de Cianorte, objetivando a construção de um prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) IVAN RÜPPEL – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 54/75

Autor: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER

I – Oriunda da Mensagem Governamental nº 17/75, a presente Proposição objetiva a aprovação da Assembléia Legislativa do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e o município de Cianorte, visando a construção de um prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, naquela comuna.

II – Firmar Convênios é da competência do Poder Executivo, razão pela qual não encontramos qualquer empecilho de ordem legal ou constitucional que possa obstar a sua livre tramitação nesta Casa de Leis.

III – Assim sendo, oferecemos nosso parecer pela aprovação do plano de lei em exame, obedecido os termos do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Presidente

a) IVAN RÜPPEL – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 42/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 55/75, que aprova os Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde Pública e

de Viação e Obras Públicas e os Municípios de Assaí, Mandaguaçu e Chopinzinho, objetivando construção de prédios destinados à Unidades Sanitárias das sedes dos referidos municípios. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Ficam aprovados os Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e os municípios de Assaí, Mandaguaçu e Chopinzinho, objetivando a construção de prédios destinados à Unidades Sanitárias das sedes dos referidos municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) IVAN RÜPPEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 55/75

Autor: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER

I — A presente Proposição oriunda da Mensagem Governamental nº 18/75, visa a aprovação por este Poder Legislativo dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios de Assaí, Mandaguaçu e Chopinzinho, destinados a construção de prédios para o funcionamento de Unidades Sanitárias, nas sedes dos referidos municípios.

II — Conforme reza a Constituição Estadual em seu artigo 47, item IX, firmar convênios é da competência exclusiva do Senhor Governador do Estado "ad referendum" da Assembléia Legislativa.

II — Pelo exposto, entendemos que a iniciativa de lei em estudo está cumprindo às exigências constitucionais, não havendo qualquer óbice de ordem legal, portanto, somos de parecer pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução em anexo.

Parecer favorável, pois.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) IVAN RÜPPEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 49/75. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de ser criado e instalado um ginásio no Distrito de Piracema, município de Paranavaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de ser instalada uma agência daquele estabelecimen-

to de crédito, na sede do município de Alto Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, para a formação de Grupo de Trabalho, para a elaboração de lei, em que se autorize o pagamento de honorários advocatícios, aos advogados militantes no Estado do Paraná, quando dativamente forem convocados pela Assistência Judiciária a patrocinarem defesas judiciais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, para que interceda, pessoalmente e de forma enérgica, em defesa dos proprietários de terras situadas às margens do Rio Paranapanema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao jornal "Frenteira do Iguaçu" com sede em Cascavel, pela expansão e dinamismo pioneiro em matéria de jornalismo no oeste paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja reconstruído o trecho denominado "Passa Sete", que liga Morretes à Rodovia Curitiba-Paranaguá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de estudar a viabilidade de conseguir dentro de meios legais, os armazéns das multinacionais, ora desocupados, para auxiliar as Cooperativas na estocagem da atual safra da soja. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao Diretório Acadêmico do setor de ciências agrárias da Universidade Federal do Paraná, pela realização do 2º Ciclo da Atualização Agrária. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando inserção em ata de voto de aplauso à iniciativa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pelo lançamento próximo, de selos comemorativos, da Série Preservação da Fauna e Flora. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referente ao atraso do pagamento devido aos professores lotados no Departamento de Assuntos Universitários.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, no sentido de imediata regularização da situação do ginásio estadual de Santa Isabel do Ivaí, iniciando com a urgente nomeação de seu diretor. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, solicitando seja encaminhado ao Sr. Ministro da Justiça, ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que determine investigação das atividades da sociedade denominada "Tradição, Família e Propriedade". Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, não vai no encaminhamento da votação querendo fazer, qualquer posição que possa envolver este deputado nas suas prerrogativas de líder de bancada. Também não quer significar que a opinião que, porventura, este deputado emitir sobre o problema possa, de qualquer forma ter a pretensão de modificar o pensamento de qualquer um deputado que, porventura, tenha sobre a matéria.

Mas, Sr. Presidente, preocupa-me o fato de que no País, se desencadeou, de forma até ordenada e com uma facilidade de divulgação, os pronunciamentos feitos em diferentes Casas Legislativas de nossas unidades federadas e mesmo do Congresso Nacional referentes à existência da entidade que tem como sigla a denominação TFP — Tradição, Família e Propriedade.

A matéria, Sr. Presidente, é bastante controversa porque, Sr. Presidente, sou nascido de família de imigrantes italianos na sua maioria, porque não dizer na sua totalidade constituída de família que veíam da região agrícola da Península Ibérica e que aqui neste País, desde os primórdios da nossa colonização se fixaram nas terras agricultáveis do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Aquelas famílias, com os meios que dispunham, se organizaram em comunidades eminentemente religiosas e também professaram a religião que traziam do berço, o catolicismo, da Itália e aqui cultuaram, aqui ensinaram os princípios de religiosidade que nós respeitamos no curso da nossa existência, não somente pelo respeito que temos para com os nossos pais, nossos avós, nossos irmãos, mas também pelos princípios de religiosidade que cultuamos.

Vejo, Sr. Presidente, que na imprensa de hoje da Capital do Paraná, se publica uma carta do Bispo de Campos, D. Antonio de Castro Maia e ouvi pela imprensa radiofônica que o arcebispo de Manaus age da mesma forma, se colocando na posição de defensor da entidade que segundo, esse prelado, tem desenvolvido uma campanha sempre voltada à defesa dos legítimos interesses da Igreja Católica Apóstolica Romana. E que conhece a entidade mesmo antes dela ter sido organizada, pois ele, Bispo de Campos, foi um dos homens que promoveu a sua organização.

Sr. Presidente, para novamente situar, para dizer que não desejo cometer injustiças, sem que antes tenha conhecimento de atitude, ato, de qualquer fato que me induza a ver a TFP como organismo de desagregação ou como entidade perigosa quanto à manutenção dos nossos costumes — até que eu não esteja convencido de que esta entidade exerce atividade considerada subversiva, eu não estaria em condições de dar apoio a esta matéria, muito embora respeite como tenho respeitado sempre, a opinião dos meus ilustres pares da ARENA e do MDB.

É no encaminhamento desta votação, Sr. Presidente, que eu desejo fazer mais do que outra coisa, apenas, uma declaração de voto de significando mais uma vez respeitar a opinião dos eminentes Srs. Deputados porque não me parece ser perigoso, Sr. Presidente, que, jovens portando estandartes com a cor do tapete que cobre o chão deste plenário, coincidentemente, vermelha, signifique que eu esteja na opinião de considerar a entidade como atentatória aos costumes, à moral e à segurança da nossa coletividade.

Só por esta razão, por não estar convencido da periculosidade da TFP é que me permito não dar apoio pessoal, Sr. Presidente, ao requerimento encabeçado pelo deputado da nossa bancada, deputado ilustrado, deputado inteligente, Deputado Luiz Roberto Soares.

Sr. Presidente, que fique a minha posição entendida pelos eminentes Srs. Deputados tão somente como falta ainda de consentimento pessoal, de que, esta entidade possa representar qualquer perigo às nossas instituições ou ao nosso sistema.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente e Srs. Deputados, também para dizer da minha posição pessoal no que se refere ao requerimento ora apresentado, quando fui procurado para assinar este requerimento, discordo pelos seus termos. Estou de pleno acordo com o que está sendo encaminhado a S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça, no sentido de ser efetuada citação do TFP, discordamos porque desconhecemos irregularidades e mesmo atos subversivos. Por este motivo, não votamos favoravelmente, pessoalmente, a este requerimento, por este motivo, embora concorde em parte com o apelo ao Sr. Ministro da Justiça para averiguar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, com esta declaração de voto, faço minhas palavras... (É interrompido pela Presidência).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência solicita ao nobre Deputado para que permaneça de pé neste encaminhamento de votação, para que a Presidência possa levar em consideração as palavras de V. Exa.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, em face de não conhecer os termos do requerimento do nobre Deputado, em que fui solicitado, na mesma hora, disse a ele que só assinaria se tivesse provas de que aquela entidade é subversiva. Nunca ouvi dizer que a entidade Deus Pátria e Família fosse subversiva. Ao perguntar ao ilustre Deputado se a entidade é subversiva, ele disse que em absoluto. No entanto, não podemos condenar uma Comissão, um grupo de jovens que tomam iniciativa num sentido se apegar aquilo que é permitido, é uso e costume no Brasil, então, não aderi à assinatura e não apoiarei este requerimento se tivesse conhecimento que aquele grupo que se coloca nas esquinas da cidade, principalmente, aos domingos e dias de lazer, não pregasse aqueles princípios da Pátria, Família e Propriedade. Esta é a declaração de voto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação). — Sr.

Presidente, desejo firmemente fazer minha declaração agora, embora respeitando a opinião dos Srs. Deputados que me antecederam neste encaminhamento de votação oriundo dos 30 e poucos Srs. Deputados que assinaram este requerimento. E vejo razão de sobra para justificar este requerimento. Porque ele objetiva requerer ao Sr. Ministro da Justiça que se efetue uma investigação sobre esta sociedade. Vejo razões de sobra quando esta sociedade se manifesta mesmo contrário ao nosso sistema político, porque ela baseia-se na monarquia. Vejo motivos de sobra quando a revista VEJA, hoje a maior revista de divulgação neste País, mostrou uma reportagem, inclusive membros desta sociedade se especializam em treinamento, armado, vejo motivos quando figuras exponenciais da Igreja têm se manifestado contra os elementos de atuação desta sociedade. Há duas semanas atrás o jornal "Panorama" efetuava ampla reportagem sobre o assunto e começava a fluir por toda a Nação, por todas as casas legislativas como muito bem disse o nobre Deputado Ivo Thomazoni e o Bispo de Londrina, Dom Geraldo, comentava os métodos de atu-

ação desta sociedade. Portanto, o requerimento tem meu apoio e de muitos deputados desta Casa, porque ele objetiva assim como outros requerimentos formalizados nas outras assembleias estaduais, na própria Câmara Federal, que o Ministro da Justiça proceda investigações sobre esta sociedade. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu me pergunto, onde esta sociedade num momento de crise como vivemos hoje em nossa Pátria, consegue meios para manter campanhas de divulgação como ela empreende, com os meios de uma técnica das mais sofisticadas, como consegue ela custear a compra de verdadeiras fortalezas que estão espalhadas por todo o Brasil. É questão de indagação, mesmo contra a Segurança Nacional, e no meu entender, uma sociedade que proclama, que defende o regime monárquico, é contra a segurança nacional, contra a segurança e a estabilidade do nosso País.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. Para encerramento de votação, tem a palavra o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, assinamos este requerimento pelas mesmas razões que assinaríamos, há doze anos atrás, um requerimento nas mesmas condições, ou seria, para investigarmos a ação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Estão lembrados os Srs. Deputados e alguns, ainda crianças naquela época, mas todos estudiosos do problema brasileiro, da nefasta ação IBAD nos idos de 1962. E foi uma CPI pedida pelo então Deputado Federal Eloy Dutra, da Guanabara, que fez com que todo o País descobrisse uma verdadeira máfia política. Estou lembrado, Sr. Presidente, que era uma CPI constituída por eminentes homens públicos de então, como Eloy Dutra, que a requereu, Adauto Lúcio Cardoso e Bilac Pinto, homens que então eram acusados de serem partidários do IBAD. A Comissão foi até o final, e aquele instituto, foi fechado e descoberto na pessoa do Sr. Ivan Hasslocher, então Presidente, uma verdadeira máquina internacional que gastava naquele tempo, bilhões de cruzeiros, hoje milhões, para fazer como fizeram, campanha de oito governadores, 250 deputados federais e 455 deputados estaduais além de oito senadores da República. Por isso, assinamos este requerimento, para que não se transforme num novo IBAD para corromper a política brasileira. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. (Pausa). — **Aprovado.**

Tem a palavra, para explicações pessoais, o Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “A repetição de acidentes rodoviários, que têm custado tantas e tão preciosas vidas humanas, é, sem dúvida, causa de preocupação maior.

Sentimos que estamos à mercê de um fenômeno novo, carente ainda de uma melhor definição nos parâmetros da segurança, quando nos deparamos, estupefatos, com as estatísticas de sinistros rodoviários, quer nas estradas, quer nas ruas e avenidas das nossas cidades.

Paralelamente, verificamos que os dispositivos de segurança acionados da mesma forma, sem qualquer inovação, desde o aparecimento do veículo motor no Brasil, são insuficientes para conter a avalanche fatídica que, a cada dia, ceifa vidas, deixando um saldo de viúvas e órfãos.

Enquanto as autoridades insistem em responsabilizar motoristas, aos quais tacham irresponsáveis, parece-nos oportuno,

arbitrar-lhes notoria culpa que vai desde o amesquinamento do sistema legal e penal, até o mecanismo de fiscalização estradal.

A euforia brasileira dos primeiros momentos da conquista automobilística está nos custando realmente muito cara. Porque essa euforia como que nos cegou para a realidade insofismável do nosso despreparo psicológico e técnico para enfrentarmos a era da máquina.

Enquanto as indústrias automobilísticas abriam suas portas e começavam a inflacionar as nossas estradas, faltava-nos uma legislação compatível de proteção e de orientação ao saudável uso do automóvel, que realmente definisse as responsabilidades de cada um na condução rodoviária, ou de participação na formulação de uma nova mentalidade, de um contexto novo, atual, moderno e seguro a par da tecnologia.

Será, Senhores Deputados, que os acidentes nas estradas e na cidade, devem realmente ser atribuídas à irresponsabilidade de motoristas? O estágio de permissão que se observa hoje em dia não seria, por si só a causa formidável do sinistro?

Porque tem havido uma grande confusão entre liberdade e libertinagem; liberdade e independência. Não há, verdadeiramente independência na relatividade. Somos todos dependentes. Dependemos uns dos outros. No entanto, o homem parece independente quando confrontado com suas reais obrigações e deveres; e quando isso não ocorre, verificamos que, o que se lhe da torna-o independente.

No pé em que as coisas caminham, a tendência é a de piorar muito mais, porque, infelizmente, não temos legislação adequada que puna com rigor e severidade, os infratores, se não da lei, pelo menos do Direito. Enquanto raciocinarmos com o coração, seremos um povo infeliz, atrelado à carga da fatalidade e do perdão ao imperdoável.

Apelamos, Srs. Deputados, aos órgãos responsáveis pela segurança rodoviária, no caso o DNER e o DER, que ampliem seus corpos de patrulhamento e que ajam com maior rigor, retirando das rodovias aqueles que sem respeito pela sagrada pessoa humana, se julgam no direito de matá-las.

E não se iludam. O respeito à Lei e à Instituição somente será conseguida com o poder da polícia, porque não há escola que incuta na mente humana que o nosso direito termina onde começa o do próximo!”

Essas são, Srs. Deputados, as nossas palavras.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 209/73, 06/75, 13/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 42/75, 41/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 17/75, 19/75, 29/75.

Levanta-se a Sessão.

ATA DA COMISSÃO:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões deste Poder, ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, reuniu-se, sob a Presidência do Senhor Deputado Accioly Neto, e presentes os Senhores Deputados: Fabiano Braga Cortes, Luiz Roberto Soares, Ezequias Losso, Ivan Rüppel, Enéas Faria,

Dácio Leonel e Waldenício Barbalho, bem como o Senhor Assessor, Francisco José da Cunha Gebran. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, sendo aprovada as Atas da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1). PROJE—TO DE LEI Nº 37/75, de autoria dos Senhores Deputados Domingos Scarpellini e Jayme Carvalho. Acresce parágrafo único que especifica, ao artigo 94, da Lei Complementar nº 2. (Lei Orgânica dos Municípios). Relator Deputado Dácio Leonel, parecer: favorável. Aprovado. 2). PROJETO DE LEI Nº 49/75, de autoria do Senhor Deputado Domício Scaramella. Veda as Companhias de Economia Mista, incluir em seus Estatutos dispositivos prevendo participação de seus diretores, a qualquer título, nos lucros que por ventura produzirem. Relator, Deputado Dácio Leonel. Deferido pedido de vista ao Senhor Deputado Luiz Roberto Soares. 3). PROPOSIÇÃO Nº 66/75, de autoria do Poder Executivo. Mensagem nº 19/75, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação e Cultura, dispondo sobre obrigações decorrentes da aplicação dos recursos oriundos do Salário Educação. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer favorável, com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 4.) PROPOSIÇÃO Nº 68/75, de autoria do Poder Executivo. Mensagem nº 21/75, encaminhando cópia autêntica do Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado, para execução de projeto de informação de mercado agrícola. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável, com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 5). PROPOSIÇÃO Nº 69/75, de autoria do Poder Executivo. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 125/74, do Sr. Deputado Gabriel Manoel. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável. Aprovado. 6). PROPOSIÇÃO Nº 70/75, de autoria do Poder Executivo. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 88/72, do Senhor Deputado Wilson Fortes. Relator Deputado Ivan Rüppel, parecer favorável. Aprovado. 7). PROPOSIÇÃO Nº 71/75, de autoria do Poder Executivo. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 70/72, do Senhor Deputado Domício Scaramella. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável. Aprovado. 8). PROPOSIÇÃO Nº 72/75, de autoria do Poder Executivo. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 35/74, do Senhor Deputado João Calil Fadel. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Accioly Neto, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) Rita Celestino Soares — secretária

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 264/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5185/75, de 30 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, ANGELINA MARIA DO PILAR SOTTOMAIOR E CÂMARA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Jorge Sato, pelo prazo de seis (6) meses.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de junho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 265/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5140/75, de 28 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 233/75, a ANTONIO GARCIA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de junho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 266/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4701/75, de 13 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários: AYRTON ALVES ARANHA, CARMEM APARECIDA FREGONEZE, IZABEL DE FREITAS, JOGUIBE MANSUR, JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS e MARILU FANCHER BECKER, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 267/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4966/75, de 20 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, GEREMIAS VIEIRA DE LIMA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 286/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4949/75, de 20 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, concedidas aos funcionários ALZEMIRO ARTIGAS JOÃO ANDRÉ CLELE, ROSLAINE PEREIRA SANTIN, GENIR DOS SANTOS FERNANDES e JOANA MACIEL FARIAS, todos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia,

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de junho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral